

CONTRATO Nº246/2014**PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2014.**

Aquisição de equipamento permanente para atender o Posto Central do município de Lucas do Rio Verde-MT.

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE**, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Av. América do Sul, 2500-S, Loteamento Parque dos Buritis Lucas do Rio Verde-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º24.772.246/0001-40, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **OTAVIANO OLAVO PIVETTA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 1.247.933-0 SSP/MT e CPF/MF nº 274.627.730-15, e, do outro lado, a empresa **MEDLAB ASSISTÊNCIA TÉCNICA E COMÉRCIO DE PEÇAS PARA EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.995.486/0001-50 e inscrição estadual n.º 13.450.831-9, com sede na Avenida São Sebastião nº 1063, Bairro Goiabeiras, em Cuiabá-MT, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **JOSÉ FRANCISCO LOPES HOLANDA**, portador do RG nº 1348864 SSP/PE e do CPF nº 181.437.094-34, resolvem celebrar o presente **Aquisição de equipamento permanente atender o Posto Central do Município de Lucas do Rio Verde - MT**, com fulcro na Lei do Pregão n.º 10.520, de 17 de julho de 2.002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, alterada pelas Leis n.ºs. 8.883/94 e 9.648/98, e de acordo com o que consta no Procedimento Pregão Eletrônico Nº 019/2014 mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

1.1. O presente instrumento tem por objeto a aquisição de equipamento permanente para atender o Posto Central do Município de Lucas do Rio Verde-MT.

ITEM	QT	UN	COD	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
118	1	UN		CARRO DE ANESTESIA: APARELHO DE ANESTESIA COMPLETO, COM VENTILADOR ELETRÔNICO MICRO PROCESSADO, PARA USO DESDE PACIENTES PREMATUROS ATÉ OBESOS MÓRBIDOS, COM VAPORIZADOR CALIBRADO, FILTRO VALVULAR E CIRCUITO VENTILATÓRIO TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEIS A VAPOR E LIVRES DE LÁTEX, MÓVEL EM POLÍMERO DE ALTO IMPACTO INJETADO COM BANDEJA DE TRABALHO, GAVETEIRO E SUPORTE PARA MONITOR E QUE ATENDA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MÓVEL: COM NO MÍNIMO UMA GAVETA, DE ABERTURA TOTAL TELESCÓPICA, QUE POSSUA FILTRO VALVULAR INTEGRADO AO MÓVEL PARA ADEQUADA ERGONOMIA OPERACIONAL EM VENTILAÇÃO MANUAL E SEGURANÇA CONTRA	KTK	R\$ 68.590,00	R\$ 68.590,00

			<p>DESCONEXÕES E VAZAMENTOS. SISTEMA DE AUTO – TESTE TOTALMENTE AUTOMÁTICO. DEVE SER CONSTRUÍDO EM ESTRUTURA DE POLÍMERO DE ALTO IMPACTO PARA MAIOR CONSERVAÇÃO EM AMBIENTE CIRÚRGICO E BANDEJA SUPERIOR PARA SUSTENTAÇÃO DE MONITORES E BOMBAS DE INFUSÃO. DEVE POSSUIR ACOPLAMENTO PARA DOIS VAPORIZADORES CALIBRADOS SIMULTANEAMENTE COM INTERTRAVAMENTO ENTRE AMBOS IMPEDINDO A ABERTURA SIMULTÂNEA. DEVE POSSUIR ROTÂMETRO COM INDICAÇÃO DIGITAL DE GASES ACOPLADO AO MÓVEL. DEVE POSSUIR MANÔMETROS PARA MONITORAÇÃO DOS GASES CANALIZADOS E DE CILINDROS RESERVA. DEVE POSSUIR SISTEMA DE ANALIZADOR DE GAZES ANESTÉSICOS INSPIRADOS E EXPIRADOS: O₂, N₂O, CO₂, SEVORANE, ISOFLORANE; DEVE POSSUIR “SOFTWARE” COM CONECTIVIDADE EXTERNA PARA TRANSFERÊNCIA DE DADOS. “ROTÂMETRO DE GASES: DEVE POSSUIR INDICAÇÃO DIGITAL DO FLUXO EM DISPLAY DE NO MÍNIMO 12” E ESCALAS DE ALTO E BAIXO FLUXO PARA ADMINISTRAÇÃO DE OXIGÊNIO E OXIDO NITROSO, COM ESCALAS DE BAIXO FLUXO ATÉ 1L/MIN E DE ALTO FLUXO ATÉ 10L/MIN PARA OXIDO NITROSO E ATÉ 15L/MIN PARA OXIGÊNIO. DEVE POSSUIR ESCALA AR COMPRIMIDO COM FAIXA MÍNIMA ATÉ 15L/MIN. DEVE POSSUIR DISPOSITIVO QUE IMPOSSIBILITE MISTURA HIPÓXICA. DEVE POSSUIR ALARME PARA FALHA DE FORNECIMENTO DOS GASES. VENTILADOR ELETRÔNICO: DEVE POSSUIR MODALIDADES DE VOLUME CONTROLADO, PRESSÃO CONTROLADA, SIMV E PRESSÃO DE SUPORTE: DEVE POSSUIR COMPENSAÇÃO DE VOLUME CORRENTE AJUSTADO E INDICAR TÉCNICA NA PROPOSTA; VOLUME CORRENTE DE 20 A 1400 ML NO MÍNIMO, MODO A PRESSÃO CONTROLADA NO MÍNIMO ATÉ 60 CMH₂O COM APRESENTAÇÃO DA CURVA DE PRESSÃO; DEVE POSSUIR BACKUP DE APNÉIA QUANDO NO MODO PSV, DEVE POSSIBILITAR A VENTILAÇÃO EM CPAP, DEVE PERMITIR AJUSTE DE CICLOS CONTROLADAS NO MODO SIMV;</p>		
--	--	--	---	--	--

			<p>FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA NO MÍNIMO ATÉ 80 CICLOS POR MINUTO; A RELAÇÃO I/E DE 2:1 A 1:4 NO MÍNIMO, DEVE POSSUIR PEEP ELETRÔNICO QUE POSSIBILITE DESLIGADO E ATÉ 20CMH2O; PRESSÃO LIMITE DE NO MÍNIMO DE 12 ATÉ 70CMH2O. MONITORAÇÃO DO VOLUME CORRENTE, VOLUME MINUTO, FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA, FIO2 E PRESSÃO INSPIRATÓRIA MÁXIMA E PLATÔ; ALARMES PARA MÍNIMO E MÁXIMO, VOLUME MINUTO, FIO2, BAIXA PRESSÃO ENDOTRAQUEAL, ALARME DE APNEIA PARA VENTILAÇÃO MECÂNICA E PARA VENTILAÇÃO MANUAL; DEVE POSSUIR AJUSTES POR TECLADO DE MEMBRANA PARA CONTROLE DAS FUNÇÕES RÁPIDAS E BOTÃO ROTATIVO PARA ACESSO A OUTROS MENUS SE FOR O CASO. DEVE POSSUIR TELA DE NO MÍNIMO 12 POLEGADAS PARA VISUALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS E CURVAS; DEVE POSSUIR BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 30 MINUTOS E INTERFACE SERIAL RS 232C; DEVE POSSUIR SENSORES DE FLUXO E VÁLVULAS INSPIRATÓRIAS E EXPIRATÓRIAS LOCALIZADOS NA PARTE INTERNA DO FILTRO VALVULAR PARA IMPEDIR CONDENSAÇÕES DE TROCA AMBIENTE. FILTRO VALVULAR: DEVE POSSUIR JARRA DE ABSORÇÃO DE CO2 DE NO MÍNIMO 800G, DE FÁCIL REPOSIÇÃO; DEVE SER INTEGRADO AO MÓVEL PARA PERFEITA ERGONOMIA DO ANESTESIOLOGISTA E SEGURANÇA DO SISTEMA; DEVE POSSUIR BALÃO AUTOCLAVÁVEL PARA VENTILAÇÃO MANUAL. DEVE POSSUIR DISPOSITIVO ANTIPOLUIÇÃO INCORPORADO COM VÁLVULAS DE SEGURANÇA; DEVE POSSUIR CONJUNTO DE FOLE OU PISTÃO, CAMPÂNULA E CIRCUITO PACIENTE AUTOCLAVÁVEIS A VAPOR. TODAS AS PARTES QUE FAZEM CONTATO COM O FLUXO QUE VAI AO PACIENTE DEVEM POSSIBILITAR DESMONTAGEM PELO OPERADOR, PASSÍVEIS DE AUTOCLAVAGEM A VAPOR E SEREM LIVRES DE LÁTEX; DEVE POSSUIR VÁLVULAS CONTRA SOBRE PRESSÃO E ANTI ASFIXIA INCORPORADAS. VAPORIZADOR: DEVE ACOMPANHAR VAPORIZADOR CALIBRADO PARA SEVOFLURANO COM CAPACIDADE TOTAL DE 300 ML DE ANESTÉSICO</p>		
--	--	--	---	--	--

				VOLÁTIL COM FAIXA DE CONCENTRAÇÃO DE 0 A 8%; DEVE ATENDER UMA FAIXA DE FLUXO DILUENTE ENTRE 200 ML A 15 LT/MIN. DEVE POSSUIR SISTEMA FECHADO DE CARREGAMENTO DE ANESTÉSICO CONFORME NORMA ISO. O EQUIPAMENTO DEVE VIR EQUIPADO COM TODOS OS ACESSÓRIOS DOS PARÂMETROS SOLICITADOS, BEM COMO MANUAL DE OPERAÇÃO, TERMO DE GARANTIA E CONFORMIDADE COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE FABRICAÇÃO. DECLARAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CALIBRAÇÃO DO APARELHO PRESTADA NA CIDADE DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CUSTO DE TRANSPORTE POR CONTA DO FORNECEDOR) DIRETAMENTE PELO FABRICANTE, SEU REPRESENTANTE OU EMPRESA AUTORIZADA POR ELE INCLUINDO DADOS DA EMPRESA COMO NOME, ENDEREÇO E TELEFONE.				
							Sub Total	R\$ 68.590,00
							Total	R\$ 68.590,00

1.2. O fornecimento do objeto deste Contrato, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.2.1. Proposta da CONTRATADA nº 019/2014;

1.2.2. Edital de Pregão Eletrônico nº 019/2014 e seus anexos;

1.2.3. Termo de Referência.

1.3. A finalidade da aquisição supramencionada deve-se a necessidade de manutenção à Unidade de Saúde, visando mantê-lo em funcionamento e oferecer serviços públicos de qualidade à população de Lucas do Rio Verde-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Os valores unitários referentes ao fornecimento dos materiais/equipamentos serão os estipulados na proposta apresentada pela **CONTRATADA**, acostada ao Procedimento Administrativo Pregão Eletrônico Nº 019/2014. Os preços ajustados não sofrerão reajuste, salvo ser necessário para manutenção do equilíbrio contratual.

2.2. Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas sobre o objeto contratado tais como: tributos, fretes, seguros, encargos sociais e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

2.3. O valor do presente contrato é de R\$ 68.590,00 (sessenta e oito mil, quinhentos e noventa reais).

2.4. Será emitida a Nota de Empenho, no valor de R\$ 68.590,00(sessenta e oito mil,

quinhentos e noventa reais) visando dar atendimento às despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1. A **CONTRATADA** deverá efetuar a entrega dos materiais/equipamentos, conforme as necessidades do **CONTRATANTE**, mediante apresentação de requisições devidamente preenchidas e autorizadas pelo Almoarifado Central.

3.2. A **CONTRATANTE** não se responsabilizará por fornecimento feito sem a apresentação de requisição devidamente preenchida.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar com os materiais/equipamentos a nota fiscal correspondente ao fornecimento do objeto deste contrato, devidamente preenchidas, sem rasuras, com as cópias das requisições autorizadas pelo Almoarifado Central do **CONTRATANTE**.

4.2. Após o ATESTO do servidor responsável pela fiscalização deste Contrato, o **CONTRATANTE** efetuará o pagamento das Notas Fiscais mediante ordem bancária, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis a partir do recebimento das mesmas pela Tesouraria.

4.3. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, por meio de depósito bancário na Agência Nº 3325-1, Conta nº 37727-9 Banco do Brasil de titularidade da contratada, conforme proposta apresentada no processo Licitatório Pregão Nº 019/2014, e Cronograma de Entrega X Pagamento.

4.4. O **CONTRATANTE** não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições, devidamente assinadas na forma indicada no item 4.1 retro.

4.5. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei n.º 8.666/93.

4.6. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar com cada nota fiscal, os seguintes documentos:

4.6.1. Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e contribuições Federais;

4.6.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais da sede da contratada;

4.6.3. Certidão Negativa da Seguridade Social (INSS);

4.6.4. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

4.7. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no item 4.2.

4.8. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito à atualização monetária.

4.9. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida à **CONTRATADA** para retificação e reapresentação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA

5.1 – O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias a partir da publicação do

extrato do contrato, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei.

5.2 – Os equipamentos deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias após emissão da ordem de fornecimento, e o pagamento será efetuado em até 08 (oito) dias após o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes do objeto deste instrumento correrão à conta de recursos próprios da **Secretaria Municipal de Saúde**

08.001.00.10.302.0804.2144.44.90.52.00.00.0102000000

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Fornecer à **CONTRATADA**, todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

7.2. Pagar à **CONTRATADA** na forma estabelecida neste instrumento, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

7.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento deste instrumento, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

7.4. Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc, bem como fornecer à **CONTRATADA** recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Atender as requisições do **CONTRATANTE**, fornecendo o objeto licitado na forma estipulada neste instrumento, principalmente quanto ao prazo de entrega;

8.2. Entregar o objeto licitado no local e forma indicada pela **CONTRATANTE**, obedecendo aos prazos estipulados.

8.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

8.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;

8.5. Credenciar junto ao **CONTRATANTE** um representante e números de telefone e fax para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual;

8.6. Indicar, a pedido do **CONTRATANTE**, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

8.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

8.8. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes,

impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o **CONTRATANTE**;

8.09. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante o período de vigência, este Contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor do **CONTRATANTE**, devendo este:

9.1.1. Promover a avaliação e fiscalização da entrega dos materiais/equipamentos, solicitando à **CONTRATADA** e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;

9.1.2. Atestar as notas fiscais da **CONTRATADA** para efeitos de pagamento;

9.1.3. Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato.

9.2. A ação da fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

10.1. O objeto deste instrumento será recebido pelo servidor designado para o acompanhamento do contrato, de forma provisória, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação e perfeitas condições de funcionamento e segurança.

10.2. Após o prazo máximo de 05 (cinco) dias, se achado conforme, dar-se-á o recebimento definitivo, para a liberação do pagamento. Caso o fornecimento seja executado em desacordo com o contrato e a proposta a **CONTRATADA** terá igual prazo para a troca ou a reparação das incorreções.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Caso a **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de Lucas do Rio Verde, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

11.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Jornal Oficial dos Municípios AMM e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

11.3. No caso de inadimplemento, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 2º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

11.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

11.3.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

11.3.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e

11.3.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.3.7. A aplicação da sanção prevista no item 11.3.1., não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 11.3.2., 11.3.3., 11.3.4., 11.3.5., principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.4. As sanções previstas nos itens 11.3.1., 11.3.5., 11.3.6., poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 11.3.2., 11.3.3., 11.3.4., facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 11.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

11.6. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

12.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

12.2.1. Constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da **CONTRATADA**, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;

12.2.2 Constar do processo, a reincidência da **CONTRATADA** em ato faltoso, com esgotamento de todas as outras sanções previstas;

12.2.3. Ocorrer atraso injustificado, a juízo do **CONTRATANTE**, no fornecimento dos equipamentos;

12.2.4. Ocorrer falência, dissolução ou liquidação da **CONTRATADA**;

12.2.5. Ocorrer as demais infrações previstas na Lei nº 8.666/93.

12.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo administrativo pertinente, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE** e esta conveniência seja devidamente justificada.

12.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS

13.1. A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE**, relativos ao presente Contrato e abaixo elencados:

13.1.1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei n.º 8.666/93;

13.1.2. Extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei n.º 8.666/93;

13.1.3. Aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

13.1.4. Fiscalização da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO E REAJUSTE

14.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência dos fatos estipulados no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93.

14.2. É vedado qualquer reajuste de preços durante o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta, exceto por força de legislação ulterior que assim o permita.

14.3. Os preços dos equipamentos apresentados nas propostas serão permanentes e irrevogáveis de acordo com a legislação vigente.

14.4. Os preços poderão ser reajustados de ofício ou a pedido, após o interregno de 12 meses da apresentação da proposta, devendo a contratada demonstrar através de Notas Fiscais do mesmo distribuidor, o preço praticado anteriormente e o atual.

14.5. Nos casos de revisão de preços, poderão ser concedidos, caso haja motivo relevante, que importe na variação substancial do custo de aquisição dos equipamentos junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Contratada.

14.6. Somente haverá revisão de valor quando o motivo for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de fornecedor ou de distribuidora por parte da Contratada;

14.7. Os reajustes e as revisões serão promovidos levando-se em conta apenas o saldo não retirado, e não servirão, em hipótese alguma para ampliação de margem de lucro.

14.8. Os reajustes e as revisões de preços não ficarão adstritas a aumento, devendo o fornecedor repassar ao município as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais.

14.9. Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pelo fornecedor ou requeridas pelo município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1. A **CONTRATADA** deverá observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei n.º. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

16.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos, no Diário Oficial dos Municípios – AMM.

16.2. As despesas resultantes da publicação deste Contrato e de seus eventuais aditivos, correrão por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

17. A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

17.1 – O Foro da Comarca de Lucas do Rio Verde é competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lucas do Rio Verde-MT, 06 de junho de 2014.

Município de Lucas do Rio Verde
Otaviano Olavo Pivetta
Prefeito Municipal

**MEDLAB Assistência Técnica e
Comércio de Peças para Equipamentos
Hospitalares LTDA**
José Francisco Lopes Holanda
Contratada

Testemunhas:

Fernanda Dotto
CPF: 751.264.600-30

Vera Lúcia Marcon
CPF:621.085.659-49